



RELATÓRIO FINAL

Declaração de Tashkent e Compromisso de Ação para Transformar a educação e a primeira infância (ECCE):

Progressos e Jornada a seguir em África

5 a 7 de junho de 2024

Mahe,
República das Seicheles





ÍNDICE

- 1** Introdução
- 2** Objectivos
- 3** Estrutura e método
- 4** Progresso
- 9** Questões críticas
- 10** Cerimónia de encerramento
- 12** Conclusão
- 13** Destaques do Workshop

INTRODUÇÃO

A “Declaração de Tashkent e Compromissos de Ação para a Transformação dos Cuidados e Educação na Primeira Infância” (WCECCE, 2023) fornece o modelo para um quadro abrangente para o avanço dos ECCE (cuidados e Educação na Primeira Infância), e para a promoção do desenvolvimento holístico das crianças pequenas, em conformidade com as metas dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030. Reconhecendo o papel crucial dos ECCE na formação do futuro do mundo e a Declaração de Tashkent para a transformação dos ECCE através da garantia de um acesso equitativo a ECCE de qualidade, do reforço do sistema de formação do pessoal dos ECCE, da inovação e transformação das políticas e práticas, da adoção de uma abordagem multisectorial coordenada para o desenvolvimento de políticas, do financiamento das disposições relativas aos ECCE e dos sistemas de gestão de dados. Este workshop regional foi concebido para atender às necessidades acima mencionadas.

O principal objetivo do workshop foi iniciar uma primeira tentativa de avaliação do estado de implementação da “Declaração de Tashkent e Compromissos para a Ação” nos países participantes. Abriu também oportunidades para uma maior colaboração e partilha de conhecimentos sobre histórias de sucesso e boas práticas, ao mesmo tempo que confrontava os desafios na execução das iniciativas de ECCE. Proporcionou uma plataforma para explorar estratégias e ações para impulsionar a região a atingir os seus objectivos ECCE com o apoio do IECD como Instituto de Categoria 2 da UNESCO nesta matéria.

O workshop realizou-se na República das Seicheles, de 5 a 7 de junho de 2024. O evento reuniu altos funcionários governamentais, parceiros da UNESCO e especialistas em ECCE dos 16 países participantes envolvidos no planeamento estratégico e na implementação de disposições, programas e serviços relacionados à matéria apresentada.



OBJECTIVOS

O workshop serviu de base para os participantes

- Compreender os progressos e os desafios na implementação da “Declaração de Tashkent e dos Compromissos de Ação” nos países participantes
- Identificar áreas críticas de assistência técnica e apoio para ativar os desenvolvimentos associados a ECCE
- Desenvolver mecanismos de colaboração regional e de partilha de conhecimentos para uma implementação eficaz de ECCE



ESTRUTURA E MÉTODO

O workshop foi estruturado em torno de dois eventos principais: uma Cerimônia de Abertura que teve lugar no esplendor do Savoy & Spa Resort Hotel e Sessões de Apresentação e Discussão convenientemente acomodadas no Centro de Conferências da Seicheles Training Corporation (STC).

A cerimônia de abertura evocou o espírito de colaboração e de envolvimento no desenvolvimento das crianças. As palavras de boas-vindas da Sra. Shirley Choppy sublinharam a intenção da reunião em promover a solidariedade e o empenhamento. O Sr. Borhene Chakroun, Diretor da Divisão de Políticas e Sistemas de Aprendizagem ao Longo da Vida, Secretariado da UNESCO, através de uma mensagem de vídeo, salientou as fases críticas de desenvolvimento da primeira infância na educação da criança. Reconheceu a liderança formidável das Seicheles e da IECD e os acordos de parceria com a UNESCO.

Seguiu-se o lançamento do CBiSS, um sistema de informação disponível eletronicamente sobre as prestações de cuidados infantis produzido pelo IECD, em parceria com uma empresa local, sob a supervisão do Departamento de Tecnologias da Informação e da Comunicação, como um instrumento digital inovador para melhorar a prestação de serviços.

Ao declarar aberto o Workshop Regional, o Ministro da Educação das Seicheles, Dr. Justin Valentin, invocou a nossa crença comum no valor intrínseco e na importância do ECCE e propagou uma mensagem de esperança à medida que perseveramos coletivamente na viagem do ECCE desde Moscovo, passando por Incheon, até Tashkent e mais além.

A cerimônia culminou com um final musical quando o recém-iniciado Advogado Especial do IECD - Instituto de Categoria 2 da UNESCO, Sr. Joseph Samy, acompanhado pelo Coro Infantil, interpretou a canção "The Promise" (A Promessa). O tema desta canção combina a beleza natural das ilhas com o ambiente acolhedor da criança em desenvolvimento e o promissor poder transformador do ECCE.

Nas sessões de apresentação, foram efetuadas análises dos sistemas DPI/CEI nos países participantes, ilustradas práticas exemplares e identificadas questões críticas. O ambiente político, a formação profissional, as abordagens integradas, as medidas de monitorização e as tecnologias emergentes foram temas constantes das apresentações. O feedback das sessões plenárias foi encorajador, uma vez que os participantes reconheceram o nível de desenvolvimento do DPI/CEI na região. Foram colocadas várias questões sobre os mecanismos de apoio para motivar e impulsionar iniciativas inovadoras.

O Dr. Peter Wells, Diretor do Ensino Superior da UNESCO, e a Sra. Shirley Choppy, Diretora Executiva do Instituto de Desenvolvimento da Primeira Infância - Centro de Categoria 2 da UNESCO, iniciaram as sessões de debate com duas apresentações. O Dr. Wells estabeleceu uma ligação entre o ECCE e o ensino superior, capacitando o corpo docente para transformar o compromisso e abordar a questão da inclusão e das desigualdades de aprendizagem, reimaginando formas de estabelecer ligações entre os diferentes níveis de ensino. A Sra. Choppy salientou a forte ligação multisetorial que ajudou a forjar um sistema coerente de ECCE nas Seicheles. Grupos de discussão foram estimulados pelas duas sessões informativas.

Foram formados cinco grupos multinacionais que tinham sido previamente organizados para refletir alguns pontos comuns entre países. Os grupos foram orientados na sua discussão pelos seguintes objetivos:

- Identifier les domaines communs pour les actions de suivi
- Partager les bonnes pratiques et les actions innovantes
- Décrire l'assistance et le soutien nécessaires

O debate foi conduzido por um presidente independente das Seicheles. Este foi altamente participativo, tendo sido partilhadas reflexões e ideias e os resultados foram comunicados numa sessão plenária.



PROGRESSO

O Quadro de Ação de Tashkent fornece um conjunto claro de áreas estratégicas prioritárias que devem ser abordadas a nível nacional para garantir a sua implementação. Estas incluem a melhoria das políticas e dos quadros jurídicos, o reforço da formação do pessoal de ECCE, a garantia da qualidade da aprendizagem precoce, a atenção aos objectivos de desenvolvimento sustentável, o aproveitamento de provas científicas e de tecnologias digitais, o aumento do financiamento, a adoção de uma abordagem coordenada e multissetorial e a melhoria da monitorização e da comunicação. Os progressos realizados e as boas práticas adotadas nos Estados-Membros para fazer avançar a agenda do ECCE foram resumidos com referência aos principais compromissos de ação de Tashkent.

1. Assegurar novas melhorias e a aplicação de quadros políticos e jurídicos para garantir o direito de todas as crianças a cuidados inclusivos de qualidade e ao ensino pré-primário, com especial destaque para as crianças mais desfavorecidas

Existem provas claras dos progressos realizados no desenvolvimento de políticas e legislação com ênfase na qualidade, na inclusão e no ensino pré-primário para a melhoria do ECCE/ECD. Foram também mencionadas políticas com referência específica a grupos de crianças desfavorecidas.

A maioria dos países comunicou as suas políticas nacionais e a promulgação de legislação para a proteção das crianças (Eswatini, Burundi, Botswana, Ruanda, Seicheles) com uma forte ênfase no ensino pré-primário (Mauríciass, Quênia, Sudão). Em alguns países, os instrumentos jurídicos estão a ser revistos e atualizados. A visão a longo prazo das Mauríciass consiste em alterar a lei ECCA para a harmonizar com outros quadros legislativos relativos à ECCE. Do mesmo modo, a África do Sul tenciona rever “o panorama legislativo do DPI para compreender as implicações de uma legislação autónoma em matéria de DPI”. O Quênia está a rever a Lei EPI de 2021; o Malawi reviu as Políticas e Estratégias Nacionais Integradas de EPI e as Seicheles desenvolveram um quadro revisto para a EPI. A Política de Educação e Cuidados na Primeira Infância (2024) foi recentemente aprovada pelo Governo do Uganda. Em países como a Somália e a Zâmbia, a educação na primeira infância faz parte da política nacional de educação.

Paralelamente, foi adotada legislação nacional para a garantia da qualidade e instrumentos jurídicos relacionados com a regulamentação dos serviços de cuidados infantis. Vários países dispõem de um quadro específico de garantia da qualidade, como o Djibuti para o ensino pré-escolar, o Essuatíni com as “Normas e diretrizes para a criação de centros de ECCE”, o Burundi com a definição de normas mínimas para as instituições de ensino pré-escolar e as Seicheles com a definição de normas nacionais para os serviços de acolhimento de crianças ao domicílio e em centros. A definição de normas e a regulamentação dos serviços de cuidados infantis devem continuar a ser uma necessidade no desenvolvimento do DPI/CEI.

O relatório sobre políticas e legislação destaca as responsabilidades e as intenções dos governos dos países membros de promoverem os ECCE/ECD como uma prioridade nacional. Trata-se de uma indicação de uma maior atenção à importância atribuída ao desenvolvimento das crianças do grupo etário dos 0-3 anos e à oferta de ensino pré-primário para todos. No entanto, foram levantadas questões críticas, incluindo a atualização, a revisão e a continuação do trabalho de desenvolvimento de políticas nacionais e de estruturas de garantia da qualidade.





2. Reforçar os sistemas do ECCE, incluindo o recrutamento, as qualificações e as condições de trabalho de todo o pessoal do ECCE, e melhorar os quadros regulamentares e de garantia de qualidade

Poucos países comunicaram progressos nos seus esforços para atrair e recrutar trabalhadores e professores para a primeira infância e menos ainda para formar trabalhadores de cuidados infantis. Entre estes, vários países insistem em requisitos adequados de qualificação e registo. Na Zâmbia, o Governo emprega professores de EPI que possuem certificados, diplomas e graus académicos em Educação da Primeira Infância. No Botsuana, os professores de ECCE empregados por todas as escolas públicas têm um diploma ou grau relacionado com o ECD. As Seicheles fizeram grandes progressos na profissionalização dos trabalhadores de cuidados infantis e dos professores da primeira infância com programas de qualificação acreditados.

No entanto, os planos e esquemas para melhorar a capacidade dos recursos humanos para a prestação de ECCE foram amplamente articulados. Foram manifestadas preocupações quanto às qualificações dos professores - o nível era baixo (Malawi, Ruanda, Djibuti); a formação não era especializada (Comores, Essuatíni). No entanto, havia planos para melhorar as qualificações dos professores (Mauríciass), desenvolver um diploma e um programa de graduação para a EPCI (África do Sul), melhorar as condições de trabalho dos professores (Malawi, Mauríciass), implementar o regime de serviço dos mesmos em EPCI e o processo de registo (Quénia).

3. Assegurar uma aprendizagem de qualidade para todas as crianças, incluindo a literacia básica, a numeracia e o domínio socio-emocional, a fim de facilitar o seu desenvolvimento e a transição para o ensino primário formal, tendo em conta a língua materna de ensino

De acordo com a apresentação dos países, este é um domínio com resultados consideráveis. Num grande número de apresentações de países, foram relatados progressos nas acções de aprendizagem precoce. Foram envidados esforços no sentido de se atender ao quadro de aprendizagem precoce e ao currículo para a primeira infância.

Foram realizadas revisões ou desenvolvimentos em matéria de qualidade e relevância pedagógica (Essuatíni, Djibuti, Mauríciass, Quénia, Sudão do Sul, Uganda, África do Sul, Seicheles, Zâmbia). Foram apresentados vários projectos de referência para indicar os progressos na procura da qualidade da aprendizagem precoce, como os programas de ensino inicial para os 0-3 anos (Seicheles, África do Sul, Quénia) e a avaliação da preparação para a escola (Seicheles, Quénia). Foram também realizadas revisões curriculares para introduzir a aprendizagem socioemocional (Quénia, Seicheles) e para apoiar os professores (Mauríciass, África do Sul).

Os países estão empenhados em atualizar os currículos para adotar a abordagem lúdica na aprendizagem precoce. No entanto, a maior parte das adaptações curriculares são bastante recentes e a sua aplicação deve ser acompanhada de perto.

4. Garantir que os ECCE apoiem as crianças no desenvolvimento de competências, valores e atitudes para enfrentar os desafios globais - alterações climáticas, perda de biodiversidade, pandemias sanitárias, erosão dos valores democráticos e dos direitos humanos

A apresentação evidencia a crescente sensibilização para a necessidade de programas que abordem a questão da cidadania global, embora os progressos na implementação de programas relevantes tenham sido bastante lentos. Apesar de estarem em curso algumas iniciativas, a ligação curricular deverá ser mais elaborada e a inclusão nas actividades de aprendizagem deverá ser reforçada.

Apesar disso, estão a ser implementados projetos comunitários específicos. Por exemplo, “o novo Projeto MEN nas Comores para promover a saúde escolar, a educação em situações de emergência e a redução dos riscos durante as catástrofes” e a adoção da abordagem STEM e da aprendizagem baseada em projectos para chegar às famílias das crianças e às comunidades locais como meio de alcançar os objectivos de desenvolvimento sustentável (Maurícias). Alguns países estão a propor o enriquecimento do currículo existente (Quénia, Sudão do Sul, Botsuana e África do Sul) e um modelo transcurricular de ensino e aprendizagem (Essuatíni) para promover o desenvolvimento de competências para a vida e de valores vivos. No entanto, está a ser procurado apoio global para a execução bem sucedida destes programas. .

5. Colaborar com a comunidade internacional no sentido de aproveitar os dados científicos e as tecnologias digitais para continuar a transformar os currículos e a pedagogia e desenvolver as competências de que as crianças necessitam num mundo em rápida mutação e cada vez mais digitalizado, na ausência de progressos adequados em matéria de desenvolvimento sustentável.

Os países têm dado um impulso significativo à utilização das tecnologias digitais e ao estabelecimento de parcerias científicas.

Os relatórios sobre a utilização das tecnologias têm sido numerosos e de aplicação variada, e em alguns países foram iniciadas medidas para aproveitar os dados científicos. De facto, os países têm-se mostrado ansiosos por comunicar os seus êxitos na utilização da tecnologia para o ensino e a aprendizagem, como ferramenta pedagógica e sistemas eletrónicos para formação e partilha de informações.

A utilização de dispositivos tecnológicos para o ensino e a aprendizagem foi mencionada por muitos países. O Malawi está a implementar o ensino radiofónico interativo através de rádios comunitárias em zonas remotas para garantir o acesso e a introduzir tablets para apoiar o desenvolvimento infantil nos centros de ECCE. No entanto, o problema da distribuição ainda existe e a colaboração com parceiros internacionais está a ser prosseguida. A Zâmbia desenvolveu uma plataforma de quiosques para a EPI. O Essuatíni utiliza vídeos no ensino e na aprendizagem. O Botsuana está a desenvolver a aprendizagem eletrónica como metodologia de ensino normalizada em matéria de ECCE. No Sudão do Sul, as TIC estão integradas na formação de professores e incluídas no currículo escolar, apesar dos lentos progressos registados, que foram atribuídos à falta de professores e de equipamento TIC.

As tecnologias digitais têm sido amplamente aplicadas e, em alguns casos, foram comunicados projetos inovadores, como o estudo-piloto da robótica na primeira infância no Malawi. Existem também alguns sistemas digitais bem estabelecidos nas Seicheles e na África do Sul. Através de uma parceria científica internacional, as Seicheles também criaram um sistema de gestão de dados para o DPI e, através da colaboração local, lançaram recentemente um sistema de informação sobre benefícios de cuidados infantis para facilitar a gestão desses serviços. A África do Sul já planeou o desenvolvimento do Sistema de Administração e Informação sobre a Primeira Infância.

Estes dados são uma prova clara de que os países reconhecem a importância da informação e do desenvolvimento científico e tecnológico para o desenvolvimento do ECCE. No entanto, a integração da tecnologia no ensino e na aprendizagem e o aproveitamento dos conhecimentos tecnológicos para a gestão eficaz do sistema ECCE devem ser alargados. No que respeita ao aproveitamento de provas científicas através do envolvimento com a comunidade internacional, os relatórios não são explícitos. Este é um domínio que requer mais atenção.





6. Aumentar o financiamento do ECCE para um nível suficiente para atingir a meta 4.2 dos ODS, em particular, trabalhando para a atribuição de pelo menos 10% das despesas de educação ao ensino pré-primário, e dar prioridade e reorientar as despesas públicas para o ECCE para se concentrar nos mais pobres e mais desfavorecidos.

Os esforços para aumentar o financiamento do ECCE têm sido uma preocupação constante dos governos nacionais. Ao mesmo tempo, os relatórios indicam que tem sido uma luta ascendente para dar prioridade ao financiamento do ECCE e, em alguns casos, a intervenção internacional é considerada necessária para fazer face a alguma falta de financiamento.

Vários países, por exemplo, o Quênia, o Sudão do Sul, o Uganda e o Malawi manifestaram a sua preocupação com o financiamento inadequado do orçamento para a EPCI, especialmente para o ensino pré-primário. A Somália citou, de facto, um valor inferior a 0,02% como sendo uma despesa pública extremamente baixa para a EPCI. No entanto, os governos de vários países estão a investir no ensino gratuito: As Mauríciass introduziram recentemente um regime de ensino pré-primário gratuito; as escolas públicas do Botswana são totalmente financiadas; no Malawi, foi introduzida uma classe pré-primária em todas as escolas públicas; nas Seicheles, o financiamento do ensino pré-primário faz parte da dotação do governo para o setor da educação. Além disso, o governo das Seicheles tem vindo a fazer investimentos consideráveis no ensino pré-escolar através da atribuição de fundos a outros setores, da assistência financeira aos serviços de cuidados infantis e aos pais e da contribuição para o fundo fiduciário nacional do ensino pré-escolar.

O aumento do financiamento para ECCE através da atribuição de verbas pelo governo e de acordos de parceria, tanto nacionais como internacionais, está nas agendas de ação (Essuatíni, Quênia, Sudão do Sul, Uganda, Botswana, Seicheles, Malawi, Ruanda, Somália, África do Sul e Zâmbia). Mais uma vez, os resultados destas iniciativas estão ainda por esperar. É evidente que são necessários esforços intensivos de sensibilização para analisar as modalidades de financiamento e inovar o financiamento dos ECCE.

7. Integrar e reforçar as políticas e estratégias de ECCE em abordagens pangovernamentais, interministeriais e multisectoriais de planeamento e orçamentação de ECCE, abrangendo todos os domínios da oferta, serviços e programas de ECCE de qualidade

O grau de progresso neste domínio de ação continua a ser bastante limitado. Dos 16 países, apenas um pequeno número comunicou resultados relevantes. Este facto não é surpreendente, dado que a prestação de ECCE faz parte do mandato de diferentes ministérios e a prestação de serviços de ECCE envolve vários sectores e, mesmo, outras organizações. Assim, a adoção de uma abordagem multi-setorial na implementação do ECCE representa um desafio organizacional.

A dificuldade na implementação bem sucedida da coordenação multi-setorial reflecte-se nas apresentações dos países. Três países evidenciaram uma estrutura de coordenação. O Botswana afirma que o DPI é implementado através de uma parceria interministerial. O Malawi tem uma política de DPI integrada que remonta a 2016. As Mauríciass funcionam através de uma Autoridade que lidera as acções de ECCE e estabelece ligações com outras organizações. Em Angola, existe um decreto presidencial para que todos os setores trabalhem em conjunto, enquanto o Ministério da Educação tem autoridade para liderar o ECCE. A Somália criou um mecanismo interministerial de coordenação de ECCE. As Seicheles destacam-se como um país que adota uma abordagem multisectorial que envolve a colaboração entre setores com a criação de comités técnicos setoriais de ECCE e de um comité nacional de coordenação. Além disso, desde 2013, as Seicheles têm vindo a implementar planos de ação nacionais de dois anos que são monitorizados e avaliados.

Muitos países estão a considerar ou estão em vias de rever a sua abordagem e colaboração multisectoriais. Para Djibuti, a renovação do funcionamento do comité multisectorial continua a ser um desafio. A África do Sul propôs um modelo de prestação de serviços baseado na importância da prestação integrada de DPI. O Quênia pretende desenvolver uma política de desenvolvimento infantil integrado. A Zâmbia considera que a abordagem multi-setorial deve ser reforçada. O Sudão do Sul está na fase inicial de formação de uma rede nacional multisectorial de DPI. Estas intenções ou propostas parecem indicar que a importância da abordagem multisectorial e de todo o governo é amplamente reconhecida. Infelizmente, a funcionalidade das estruturas, a implementação de planos e o sistema de monitorização têm de ser incansavelmente prosseguidos com um compromisso de alto nível.

8. Reforçar as capacidades e melhorar os relatórios sobre os progressos realizados na consecução dos objectivos da ECCE, tendo em vista a realização da meta 4.2 do ODS, em especial a meta nacional do ODS 4 relativa ao ECCE, e outros indicadores ODS relacionados com o ECCE, a apresentar ao Instituto de Estatística da UNESCO

Estão a ser envidados esforços para acompanhar e elaborar relatórios sobre o ECCE. No entanto, os progressos na criação de um sistema de relatórios de monitorização são ainda bastante limitados. Os países ainda estão a debater-se com a criação de sistemas de gestão de dados especificamente para o ECCE.

Atualmente, estão em curso algumas iniciativas. Quatro países deram respostas definitivas em relação a esta área de ação. O Malawi e o Quênia associam os relatórios sobre ECCE ao seu sistema de M&A. A África do Sul está a desenvolver um índice específico para monitorizar o DPI. As Seicheles desenvolveram indicadores de saúde, educação e sociais para criar um sistema de gestão de dados para os ECCE.

O compromisso de melhorar os relatórios e desenvolver indicadores para monitorizar os ECCE continua a ser um desafio significativo. Alguns desses desafios incluem recursos técnicos, financeiros e humanos. As ligações com a comunidade internacional podem constituir um caminho a seguir. No entanto, há uma necessidade urgente de desenvolver progressivamente sistemas de gestão de dados no ECCE para diagnóstico, monitorização, avaliação e elaboração de relatórios.



QUESTÕES CRÍTICAS

Na prossecução da agenda global da educação para 2030, os compromissos de Tashkent abrangem a natureza holística do desenvolvimento infantil, as perspectivas de aprendizagem ao longo da vida e o potencial de igualização social dos ECCE. Assim, é necessário transformar os compromissos em questão em termos de qualidade e equidade, capacidade e quantidade de mão de obra, inovação e robustez científica, integração multisetorial e governação e financiamento coordenados. As questões críticas que emergiram da apresentação, dos comentários em plenário e da discussão em grupo foram resumidas:

Ambiente político

O ambiente político em muitos países não é necessariamente propício à prestação de serviços e programas de ECCE. Foram identificadas lacunas nos casos em que é necessário tomar decisões políticas ou na presença de políticas sem a adoção de legislação. Além disso, há uma falta de padrões de qualidade consistentes entre regiões geográficas e entre o Estado e as instituições privadas, o que leva à desigualdade na prestação de serviços, a programas não acreditados, a uma supervisão inadequada e à falta de responsabilidade e de práticas reguladoras. Este facto reduz a eficácia das disposições em matéria de ECCE, o que faz com que muitas crianças e pais, em particular as mães, sejam excluídos dos benefícios dos programas de ECCE ou sejam privados de um acesso de qualidade a tais serviços. Além disso, devem ser adotadas políticas mais rigorosas em relação ao financiamento do ECCE, com base em dados científicos e numa orçamentação específica. A elaboração de políticas, as estruturas legislativas, o quadro institucional e o mecanismo de garantia de qualidade devem ser criados para otimizar as disposições relativas ao ECCE.

Colaboração multisetorial

O ECCE continua a ser ministrada por diferentes ministérios, organizações e agências de um país. Esta fragmentação tem sido uma preocupação de muitos países e tem tido implicações na promoção da abordagem holística do ECCE/ECD. Em muitas nações, tem havido a tendência para se concentrar na educação pré-escolar, prestando pouca atenção aos cuidados pré e pós-natais, à nutrição e à proteção social. A governação do ECCE/ECD deve ser estruturada em todos os setores, departamentos e ministérios e alargada também a outras agências e organizações. Deve ser criado um mecanismo de coordenação forte para reunir todas as intervenientes. A colaboração de todos os parceiros no sentido de trabalharem de uma visão comum é necessária para dar forma a um sistema de ECCE coerente e promover sinergias entre todos os interessados. O planeamento de

ações nacionais pode unificar e orientar a colaboração entre várias agências.

Ensino e aprendizagem

Há cada vez mais provas e consciência da importância das experiências de aprendizagem precoce das crianças. Muitos países estão a rever os seus programas de ensino precoce com ênfase no jogo e na satisfação das necessidades dos grupos desfavorecidos. É necessário rever ou conceber um currículo abrangente de aprendizagem precoce com um quadro de avaliação para apoiar e orientar o desenvolvimento e a implementação de programas de ensino adequados às crianças.

Por outro lado, a quantidade e a capacidade dos professores e dos educadores de infância é um desafio persistente no desenvolvimento dos ECCE. Têm-se registado problemas com o recrutamento, a qualificação e as condições de trabalho do pessoal dos ECCE. É necessário implementar estratégias de recursos humanos mais abrangentes para formar, reter e valorizar os trabalhadores e professores da primeira infância.

Além disso, os recursos limitados têm sido um grande obstáculo à criação de um ambiente propício à aprendizagem precoce. A falta de infraestruturas, a desigualdade de recursos entre os estabelecimentos públicos e privados e o não envolvimento da comunidade têm dificultado a conceção de um ambiente de aprendizagem adequado, rico e estimulante. O desafio consiste em aumentar o investimento, associando os ECCE ao planeamento económico nacional e criando planos financeiros multi-setoriais sólidos.

Controlo e apresentação de relatórios

A fim de manter ou melhorar as disposições em matéria de ECCE, é necessário um acompanhamento constante e uma avaliação periódica. A utilização de dados para estabelecer uma base de referência, avaliar projetos, comunicar informações importantes sobre a situação, medir a eficácia dos serviços e programas e desenvolver indicadores de qualidade tem sido, em geral, inadequada. É necessário prever um sistema estatístico sólido para a gestão dos dados.



CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO

Entre o decoro da edição inaugural da revista News Magazine do Instituto da Categoria 2, o videoclip das realizações do Instituto e a canção tema “The Promise”, a sessão de encerramento do seminário caracterizou-se por mensagens retrospectivas e prospectivas.

O Dr. André Leste, Consultor em Educação, apresentou um Projeto de Quadro de Ação que traçou o trabalho realizado até à data e orientou o caminho a seguir. Baseia-se nos progressos realizados e nas boas práticas adotadas nos Estados Membros para fazer avançar a agenda ECCE. Aborda as áreas de ação da Declaração de Tashkent:

- Melhoria e aplicação dos quadros políticos e jurídicos
- Reforço dos sistemas de ECCE, incluindo o recrutamento, as qualificações e as condições de trabalho de todo o pessoal de ECCE
- Aprendizagem de qualidade para todas as crianças, incluindo competências básicas de literacia, numeracia e socioemocionais
- O desenvolvimento de competências e valores para a cidadania global
- Explorar as provas científicas e as tecnologias digitais
- Aumentar o financiamento do ECCE
- Reforçar a abordagem pangovernamental e multisetorial
- Melhorar a capacidade de controlo e de elaboração de relatórios

Foram também delineadas algumas das áreas ou desafios críticos, tais como o ambiente político e as estruturas legislativas, o sistema multissetorial e a abordagem colaborativa, as normas regulamentares e a garantia de qualidade, o acompanhamento e a avaliação, a aprendizagem precoce e o quadro de avaliação, os recursos e o investimento, a capacidade dos recursos humanos e as condições de trabalho, o planeamento de ações e a prestação de serviços.

Exortou os participantes no seminário a afirmarem o seu acordo coletivo sobre os planos e ações de acompanhamento do quadro. Isto inclui:

- Reafirmar o empenhamento nacional e internacional em matéria de ECCE
- Reforçar a participação equitativa e o acesso de qualidade
- Aumentar o investimento em ECCE
- Revisão do quadro curricular
- Estabelecer um sistema de gestão de dados para os ECCE
- Cooperar e colaborar com os parceiros

O Dr. Leste também assegurou aos participantes que o Instituto de Desenvolvimento da Primeira Infância, enquanto Centro de Categoria 2 da UNESCO, prestará apoio contínuo e assistência técnica aos países parceiros e monitorizará a implementação dos planos e projectos ECCE.

O Sr. Mamadou Lamine Sow, Chefe de Educação, Gabinete Regional para a Educação na Ásia, reconheceu a Conferência Mundial sobre ECCE, recordou os compromissos de ação de Tashkent, lembrou as principais estratégias da parceria global para a primeira infância e voltou a sublinhar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável associado. Aplaudiu o estatuto de Categoria 2 da UNESCO da IECD e o seu papel na defesa da ECCE e delineou as prioridades estratégicas da IECD no estabelecimento de um ambiente propício, garantindo a implementação, assegurando a qualidade e facilitando a coordenação.





De seguida, o Sr. Mamadou Lamine Sow especificou o papel de apoio da UNESCO. Este papel foi desempenhado em termos de assistência técnica, como o reforço das capacidades, a prestação de ajuda técnica, o desenvolvimento de quadros, o aproveitamento de ferramentas, o intercâmbio de conhecimentos, a implementação de recursos IBE e o desenvolvimento de currículos. Além disso, manifestou o empenho da UNESCO em reforçar a monitorização do ECCE através do mapeamento de ferramentas de recolha de dados, da elaboração de indicadores, do desenvolvimento de um quadro para avaliar os progressos na implementação da Declaração de Tashkent e da Estratégia de Parceria Global, e da realização de um compêndio digital de práticas promissoras relacionadas ao ECCE.

Depois de reafirmar o Compromisso de Ação de Tashkent, o Sr. Lamine Sow expressou a satisfação da UNESCO com o resultado do workshop na identificação de áreas prioritárias, comuns para ações de acompanhamento e a assistência necessária. Exortou os representantes de cada país a documentar, implementar e partilhar boas práticas e abordagens inovadoras. Também encorajou a aprendizagem entre pares e aconselhou os participantes a defenderem o ECCE e a serem responsáveis pelo cumprimento dos compromissos de ação. A Dra. Mmantsetsa Marope, Presidente do Conselho Diretivo do IECD - Instituto de Categoria 2 da UNESCO, concentrou o seu discurso de encerramento no tema da multissetorialidade do ECCE/ECD. Descreveu o seminário como um evento multilateral e um esforço transnacional. Elogiou as Seicheles por praticarem a multissetorialidade e desejou que houvesse mais representação setorial dos países participantes para contribuir para o conceito holístico do ECCD.

A Dra. Marope alertou para o facto de a UNESCO se centrar exclusivamente na educação. Isto reduz o poder do ECCD como entidade multissetorial e a complexidade e importância das ações de colaboração. A abordagem multissetorial impulsiona a colaboração, encoraja esforços comparativos e por vezes competitivos, como foi demonstrado no workshop. Elogiou o contexto de trabalho em rede e de aprendizagem entre pares. No entanto, admitiu que grande parte das deliberações durante o seminário careciam de rigor analítico e que os países tendiam a descrever as suas ações e boas práticas, o que certamente criava uma imagem saudável, mas não apresentava provas dos resultados. Afirmou que o ECCD afeta todos os setores humanos e, como tal, deve haver uma abordagem equilibrada para que cada criança receba o melhor a partir de cada setor. Para não perpetuar o preconceito estereotipado sobre a educação, sugeriu que no próximo seminário estejam representados pelo menos quatro ou cinco sectores de cada país.

A Dra. Marope desmistificou o desafio do desenvolvimento de políticas multissetoriais e, usando as Seicheles como exemplo, exortou os participantes a aprenderem com a metodologia introspectiva, crítica e analítica deste país, com uma forte dependência da capacidade interna em vez de uma dependência excessiva dos parceiros de ajuda externa. Concluiu por encorajar os participantes a transformarem os seus desafios em realizações e a relatar tal no próximo workshop e aconselhou-os a apropriarem-se internacionalmente do Centro de Categoria 2 da IECD - UNESCO.



CONCLUSÃO

O seminário regional constituiu uma plataforma útil para os Estados Membros analisarem os progressos realizados no domínio do ECCE/ECD, em conformidade com a Declaração de Tashkent, e participarem ativamente no debate sobre os elementos essenciais para acelerar o desenvolvimento.

Os resultados gerais indicam que se registou uma dinâmica significativa na aplicação da Declaração de Tashkent, com questões críticas a resolver. A maioria dos países atingiu progressos na implementação de políticas e quadros jurídicos, embora tenha sido definido como um trabalho adicional. No entanto, apesar dos esforços persistentes para melhorar a capacidade da mão de obra em matéria de EPCI, a necessidade de recrutar e formar professores da primeira infância e trabalhadores de cuidados infantis continua a ser uma prioridade nacional. De um modo geral, a revisão e os ajustamentos curriculares para melhorar a qualidade da aprendizagem, com ênfase na abordagem lúdica, têm sido bastante bem sucedidos. Por outro lado, as variações entre países nos diferentes regimes e projetos associados ao desenvolvimento de competências e valores para a cidadania global sublinham a necessidade de programas específicos e de estruturas de apoio mais fortes. As opiniões prevalentes sobre o financiamento indicam uma limitação considerável dos progressos efetuados: Foi recomendada a inovação no financiamento dos ECCE. Além disso, é necessário continuar a trabalhar na coerência da governação dos PECO e na criação de sistemas de dados para o acompanhamento e a apresentação de relatórios. Embora a análise dos progressos realizados não seja exaustiva, fornece informações úteis sobre a situação atual do sistema ECCE nos países participantes e aponta para ações futuras no sentido de honrar a Declaração de Tashkent.

Foi desenvolvido um quadro de ação para traçar o caminho a seguir. Baseia-se nos progressos realizados e nas boas práticas adotadas pelos Estados Membros para cumprir os compromissos de Tashkent. Descreve os principais desafios, estabelece a agenda de ação e identifica as estruturas de apoio acordadas coletivamente para melhorar a prestação dos ECCE. Embora esta revisão tenha menos de dois anos após a Declaração de Tashkent, avança o trabalho em curso para o reforço e o desenvolvimento do ECCE/ECD.



DESTAQUES DO WORKSHOP



Uma publicação do Instituto de Desenvolvimento da Primeira Infância/Instituto Categoria 2 sob os auspícios da UNESCO

OUTUBRO, 2024

1st Floor, Fairview House
Josephine Cafrine Road,
Ile Perseverance, Mahe, Seychelles



@iecdseychelles

+2484286565 www.iecd.gov.sc ceooffice@iecd.gov.sc

© Direitos autorais reservados IECD